PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGONHAS

CIDADE DOS PROFETAS

Ofício nº PMC/SEPLAN/DCONV/198/2025
Congonhas, 27 de junho de 2025

Câmara Municipal de Congonhas
PROTOCOLO GERAL 1750/2025
Data: 01/07/2025 - Horário: 14:09
Legislativo

À Câmara Municipal de Congonhas,

Encaminhamos em anexo cópia do Termo de Fomento N° 24/2025, que entre si Celebram o Município de Congonhas e o Conselho Central da Sociedade São Vicente de Paulo - para ciência e controle.

Atenciosamente,

Nathan Filipe Carmo Moreira
Secretário Municipal de Planejamento

TERMO DE FOMENTO N°. 024/2025.

PARCERIA QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CONGONHAS E o CONSELHO CENTRAL DA SOCIEDADE SÃO VICENTE DE PAULO DE CONGONHAS/MG

Pelo presente instrumento, o **MUNICÍPIO DE CONGONHAS**, inscrito no CNPJ sob o nº. 16.752.446/0001-02, com sede na praça Presidente Kubitschek, 135, Centro, Congonhas/MG, doravante denominado MUNICÍPIO, neste ato representado por seu Prefeito, Anderson Costa Cabido inscrito no RG Nº 4.370.328 e no CPF nº 813.617.426-15, e pelo Secretário Municipal de Saúde, **Geraldo Gilmar Ataydes Seabra**, portador do CPF 427.001.756-20, brasileiro, portador da CI nº M2222526 e o CONSELHO CENTRAL DA SOCIDADE SÃO VICENTE DE PAULO DE CONGONHAS, CNPJ nº 19.141.852/0001-27, com sede a Rua Padre João Pio, 50, Centro, Congonhas, Minas Gerais, neste ato representado por seu Presidente Jerfesson Humberto Barbosa, portadora do RG MG 12.220.349 e do CPF nº 051.302.006-32, doravante denominada OSC Organização da Sociedade Civil), resolvem celebrar este **TERMO DE FOMENTO**, com fundamento na Lei Federal nº. 13.019, de 31 de julho de 2014, alterada pela Lei nº. 13.204 de 14 de dezembro de 2015, mediante as cláusulas e condições abaixo descritas.

EMENDA IMPOSITIVA

Processo Administrativo nº. 3365/2025

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1 - O presente termo tem por objeto repasse de recursos para execução do projeto **Contra a pobreza agir juntos VI**, sendo que nesta parceria prevê-se a aquisição de material permanente que será utilizado durante todo o projeto, mas também recursos de consumo e pagamento de profissionais, com execução 2025/2026.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO GESTOR

2.1 - O MUNICÍPIO nomeia como gestor do presente Termo de Fomento, 2025, a Servidora Carolina Souza Fonseca Vasconcelos, conforme Portaria nº 1001/2025.

2.2 **São obrigações do Gestor:**

I – verificar se a OSC cumpriu a obrigação de divulgar os dados da parceria celebrada com a Administração Pública Municipal;

II - acompanhar e fiscalizar a execução da parceria;

III – formalizar ao seu superior hierárquico a existência de fatos que comprometam ou possam comprometer as atividades ou metas da parceria e de indícios de irregularidades na gestão dos recursos, bem como as providências a serem adotadas para saná-las;

IV - emitir o relatório técnico de monitoramento e avaliação;

Anderson Cabido
Prefeito de Congonhas

V - emitir parecer técnico conclusivo de análise da prestação de contas, levando em consideração o conteúdo do relatório técnico de monitoramento e avaliação;

VI - disponibilizar materiais e equipamentos tecnológicos necessários às atividades de monitoramento e avaliação, quando couber.

2.3 Caberá ao gestor, nos termos do Artigo 32 do Decreto Municipal 6731, de 16/10/2018, a emissão, no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contados do encerramento de cada bimestre, de Relatório Técnico de Monitoramento e Avaliação da parceria celebrada, que será submetido à comissão de monitoramento e avaliação, que o homologará.

2.3.1 O relatório técnico de monitoramento e avaliação da parceria, sem prejuízo de outros elementos, deverá conter:

I – descrição das atividades, metas e indicadores estabelecidos;

II – informação de irregularidades apuradas, providências a serem tomadas, prazo para solução e data de retorno para verificação do pleno atendimento.

III- declaração de cumprimento da obrigação contida no Art. 11 da Lei 13.019/2014.

2.4 Na hipótese de o relatório técnico de monitoramento e avaliação evidenciar irregularidades, tais como desvio de finalidade na aplicação dos recursos da parceria, atrasos na execução das ações e metas, descumprimento ou inadimplência da OSC em relação a obrigações pactuadas, o gestor da parceria notificará a OSC para, no prazo de até 15 (quinze) dias corridos:

I – sanar a irregularidade;

II – cumprir a obrigação;

III – apresentar justificativa para a impossibilidade de saneamento da irregularidade ou cumprimento da obrigação.

2.4.1 O relatório técnico de monitoramento e Avaliação será homologado pela comissão de monitoramento e avaliação no prazo de 10 (dez) dias corridos a contar do seu recebimento.

2.4.2 Depois de homologado pela comissão de monitoramento e avaliação, o relatório técnico de monitoramento e avaliação deverá ser encaminhado à Diretoria de Convênios para ser anexado aos autos do respectivo processo administrativo.

2.5 Caberá também ao gestor a elaboração de parecer técnico sobre a prestação de contas, levando em consideração o conteúdo do(s) relatório(s) técnico(s) de monitoramento e Avaliação, sobre a conformidade do cumprimento do objeto e os resultados alcançados durante a execução do termo de fomento.

2.5.1 O parecer técnico sobre as prestações de contas, a ser elaborado pelo gestor, levará em consideração a execução física e os relatórios de cumprimento do objeto apresentados pela OSC.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA COMISSÃO DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

3.1 - O MUNICÍPIO nomeia para membros da Comissão de Monitoramento e Avaliação os servidores: Cleide Aparecida dos Reis, Ana Lúcia Fidélis e Karla de Cássia Ribeiro Lopes, conforme Portaria nº PMC/1001/2025.

3.2 - Este termo de parceria será monitorado e avaliado mediante os seguintes procedimentos:

a)análise do objetivo e sua finalidade;

Anderson Cabido
Prefeito de Congonhas

b)acompanhamento mensal da prestação dos serviços;

c)análise de relatórios dos trabalhos desenvolvidos;

3.3 – Nos termos do Artigo 30, §3º do Decreto Municipal 6731, de 16/10/2018, a comissão de monitoramento e avaliação se reunirá mensalmente, com o intuito de proceder à avaliação da execução da parceria e a análise e homologação do relatório elaborado pelo gestor.

3.4 - A comissão de monitoramento e avaliação poderá solicitar assessoramento técnico de especialista que não seja membro do colegiado para subsidiar seus trabalhos.

3.5 - A comissão de monitoramento e avaliação realizará visitas técnicas que deverão ser circunstanciadas em relatório de visita técnica que será enviado à OSC para conhecimento, esclarecimento e eventuais providências, cuja execução poderá ensejar a revisão do documento.

3.6 - Nas parcerias com vigência superior a 1 (um) ano, a Administração Pública, por meio do gestor da parceria e da comissão de monitoramento e avaliação, realizará, sempre que possível, pesquisa de satisfação com os beneficiários do plano de trabalho e utilizará os resultados como subsídio na avaliação da parceria celebrada e do cumprimento dos objetivos pactuados, bem como na reorientação e no ajuste das metas e atividades definidas.

3.7 – Serão utilizados indicadores para aferição do cumprimento das metas e os meios de verificação, conforme Plano de Trabalho anexo a este Termo.

CLÁUSULA QUARTA– DAS OBRIGAÇÕES DOS PARCEIROS

I – SÃO OBRIGAÇÕES DO MUNICÍPIO:

a) Fornecer os recursos para a execução do objeto;

b) transferir os recursos financeiros, de acordo com o Cronograma de Desembolso do Plano de Trabalho, para a conta bancária específica da OSC em instituição financeira pública (Banco do Brasil ou Caixa Econômica Federal);

c) acompanhar e fiscalizar a execução da parceria, através do Gestor e da Secretaria Responsável;

d) emitir Relatório(s) Técnico(s) de Monitoramento e Avaliação da parceria durante a vigência do objeto;

e) receber e analisar as prestações de contas encaminhadas pela OSC;

f) elaborar elucidativo parecer conclusivo sobre a prestação de contas da OSC, a fim de atender aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, economicidade, conforme artigo 48 da Lei de Responsabilidade Fiscal e avaliar se houve aplicação correta dos recursos (art. 59 da Lei 13.019/2014);

g) aplicar as penalidades previstas e proceder às sanções administrativas necessárias à exigência da restituição dos recursos transferidos, constatada inadimplência em prestar contas ou execução em desacordo;

h) publicar o extrato deste instrumento no sítio eletrônico do município, conforme artº. 38 da Lei 13.019/2014;

i) notificar a celebração deste instrumento à Câmara Municipal.

Anderson Cabido
Prefeito de Congonhas

j) demonstração de que os objetivos e finalidades institucionais e a capacidade técnica e operacional da organização da sociedade civil foram avaliados e são compatíveis com o objeto; conforme artº. 35, III da Lei 13.019/2014;

k) aprovação do plano de trabalho, a ser apresentado nos termos da Lei 13.019/2014; artº. 35, IV

II – SÃO OBRIGAÇÕES DA OSC:

a) responsabilizar-se pela execução do objeto;

b) aplicar os recursos repassados pelo MUNICÍPIO exclusivamente no objeto constante na Cláusula Primeira;

c) responsabilizar-se pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que diz respeito às despesas de custeio, de investimento e de pessoal, conforme o caso;

d) prestar informações e esclarecimentos sempre que solicitados, desde que necessários ao acompanhamento e controle da execução do objeto;

e) permitir livre acesso do gestor, do responsável pelo Controle Interno, dos membros da Comissão de Monitoramento e Avaliação do MUNICÍPIO, aos processos, aos documentos e às informações referentes a este instrumento, nas instalações da OSC;

f) responsabilizar-se pelo pagamento dos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais relativos ao funcionamento da instituição e ao adimplemento deste Termo de Fomento, mantendo as certidões negativas em dia, não se caracterizando responsabilidade solidária ou subsidiária do MUNICÍPIO a inadimplência da OSC pelos respectivos pagamentos, os ônus incidentes sobre o objeto da parceria ou os danos decorrentes de restrição à sua execução;

g) prestar todos os serviços, conforme Plano de Trabalho em anexo, mediante a contratação dos profissionais e pagamento dos respectivos salários, gerenciamento e coordenação dos trabalhos, ficando proibida a redistribuição dos recursos a outras entidades, congêneres ou não;

h) observar todos os critérios de qualidade técnica, eficiência, economicidade, prazos e os custos previstos;

i) não praticar desvio de finalidade na aplicação do recurso, atraso não justificado no cumprimento das etapas, práticas atentatórias aos princípios fundamentais da Administração Pública nas contratações e demais atos praticados na execução da parceria e deixar de adotar as medidas saneadoras eventualmente apontadas pela Administração Pública;

j) comprovar a exata aplicação da parcela anteriormente repassada, na forma da legislação aplicável, mediante procedimento de fiscalização da Administração Pública Municipal, sob pena de suspensão da transferência;

k) efetuar as movimentações financeiras relacionadas aos recursos do presente termo em conta bancária específica em instituição financeira pública (Banco do Brasil ou Caixa Econômica Federal);

Anderson Cabido
Prefeito de Congonhas

l) manter os recursos aplicados no mercado financeiro, enquanto não utilizados;

m) manter-se adimplente com o MUNICÍPIO naquilo que tange à prestação de contas de exercícios anteriores, assim como manter a sua regularidade fiscal perante os órgãos da Administração Municipal, Estadual e Federal;

n) efetuar o seu registro contábil e patrimonial em conformidade com as Normas Brasileiras de Contabilidade;

o) enviar ao MUNICÍPIO cópia dos documentos quando houver alteração da diretoria ou do estatuto;

p) divulgar esta parceria em seu sítio na internet, caso mantenha, e em locais visíveis de suas sedes sociais e dos estabelecimentos em que exerça suas ações, conforme art. 11 da Lei 13.019/2014, com as seguintes informações: a) data da assinatura; b) identificação do instrumento; c) identificação do órgão MUNICÍPIO; d) nome da OSC; e) nº. do CNPJ da OSC; f) descrição do objeto da parceria; g) valor total da parceria e valores liberados, quando for o caso; h) situação da prestação de contas da parceria, devendo informar a data prevista para a sua apresentação, a data em que foi apresentada, o prazo para a sua análise e o resultado conclusivo; i) quando vinculados à execução do objeto e pagos com recursos da parceria, o valor total da remuneração da equipe de trabalho, as funções que seus integrantes desempenham e a remuneração prevista para o respectivo exercício;

q) *assegurar e destacar, obrigatoriamente, a participação do MUNICÍPIO em toda e qualquer ação, promocional ou não, relacionada com a execução do objeto descrito no presente Termo de* Fomento *e, obedecido o modelo-padrão estabelecido pela PREFEITURA DE CONGONHAS, colocar a marca do MUNICÍPIO DE CONGONHAS nas placas, painéis e outdoors de identificação das obras e projetos custeados, no todo ou em parte, com os recursos deste Termo de* Fomento, *no mesmo tamanho e localização do nome da PREFEITURA DE CONGONHAS e em destaque em relação a qualquer outra marca que venha ser aplicada. A arte deverá ser previamente aprovada pela Secretaria Municipal de Governo – Assessoria de Comunicação Institucional.*

CLÁUSULA QUINTA – DO REGIME JURÍDICO DE PESSOAL

Não se estabelecerá nenhum vínculo de natureza jurídico/trabalhista, de qualquer espécie, entre o MUNICÍPIO e a equipe que a OSC contratar para a execução do projeto ou atividade constante deste instrumento, se for o caso.

CLÁUSULA SEXTA – DO REPASSE

Para a execução das atividades previstas neste termo de parceria, no presente exercício, o MUNICÍPIO transferirá à OSC, de acordo com o Cronograma de Desembolso do Plano de Trabalho, o valor de R$ 100.000,00 (cem mil reais).

Anderson Cabido
Prefeito de Congonhas

CLÁUSULA SÉTIMA – DA LIBERAÇÃO DAS PARCELAS

Como o Cronograma de Desembolso do Plano de Trabalho deste Termo de Fomento prevê repasse único de recursos, a OSC deverá, para recebimento desta única parcela, estar em dia com sua regularidade fiscal (as certidões abaixo especificadas):

I - Certidões negativas ou positivas com efeito negativo, devidamente atualizadas:

a) Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;

b) Certidão Negativa de Débitos Estadual ou declaração de que a OSC não possui inscrição estadual;

c) Certificado de Regularidade do FGTS;

d) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

e) Certidão Negativa Municipal;

§ 1º Quando as certidões, de que trata o inciso I, não estiverem disponíveis eletronicamente, a OSC será notificada para regularizar a situação e apresentar a respectiva certidão para liberação da parcela prevista no Cronograma de Desembolso.

§ 2º A análise da prestação de contas de que trata o inciso II não compromete a liberação das parcelas de recursos subsequentes.

§ 3º O repasse das parcelas do recurso total da parceria será efetuado em estrita conformidade ao Cronograma de Desembolso constante no plano de trabalho, após apresentação da prestação de contas pela OSC e aprovação do gestor da parceria.

§ 4º As duas primeiras parcelas serão pagas automaticamente pela Secretaria Municipal de Fazenda, devendo a terceira ser transferida mediante a apresentação da prestação de contas da primeira parcela e assim sucessivamente.

§ 5º A Diretoria de Convênios e Prestação de Contas, expedirá comunicação direcionada ao gestor e à secretaria responsável pela política, informando a entrega da prestação de contas. Após a secretaria responsável deverá solicitar à Secretaria de Fazenda a liberação do recurso correspondente à parcela subsequente, por meio de documento assinado conjuntamente com o gestor, a ser anexado aos autos do processo administrativo da parceria.

§ 6º O atraso na liberação de parcelas pactuadas no plano de trabalho, por parte do MUNICÍPIO, configura inadimplemento de obrigação estabelecida no termo de fomento ou de colaboração sendo possível a realização e prorrogação de vigência pelo município por período equivalente ao atraso.

CLÁUSULA OITAVA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

Os recursos financeiros do MUNICÍPIO a serem repassados à OSC correrão à conta da seguinte classificação orçamentária: Órgão: 15 Unidade: 01. Função: 10 Subfunção: 302. Programa: 0057.

Anderson Cabido
Prefeito de Congonhas

Atividade: 0.092 –Apoio a Entidades – Saúde– Emenda Impositiva 3.3.50.41 – Contribuições (Ficha 748 – Custeio) 4.4.50.41 – Contribuições (Ficha 1567 – Investimento) –, Fonte: 1500.

CLÁUSULA NONA – DA MOVIMENTAÇÃO DOS RECURSOS

9.1 Os recursos serão depositados em conta corrente da OSC em instituição financeira pública - Banco do Brasil ou Caixa Econômica Federal, específica para o objeto e isenta de tarifa bancária.

9.2 Os recursos, enquanto não empregados na sua finalidade, serão obrigatoriamente aplicados em caderneta de poupança, fundo de aplicação financeira de curto prazo ou operação de mercado aberto lastreada em títulos da dívida pública, mediante avaliação do investimento mais vantajoso, enquanto não empregados na sua finalidade.

9.3 Os rendimentos gerados pela aplicação dos recursos serão aplicados, SOMENTE, no objeto da parceria, estando sujeitos às mesmas condições de prestação de contas exigidas para os recursos transferidos.

9.4 Os pagamentos deverão ser efetuados somente por transferência direta ao fornecedor (PIX, TED) - transferência eletrônica sujeita à identificação do beneficiário - pessoa física ou jurídica, inclusive dos empregados, vedada a utilização de cheques e saques bancários para quaisquer pagamentos.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA RESTITUIÇÃO DOS RECURSOS

A OSC compromete-se a restituir o valor repassado, atualizado monetariamente desde a data do recebimento, acrescido de juros legais na forma da legislação aplicável, para o MUNICÍPIO (conta corrente da prefeitura de Congonhas de nº. 6846-2 na agência 1793-0 do Banco do Brasil), nos seguintes casos:

a) inexecução do objeto;

b) falta de apresentação de prestação de contas no prazo exigido;

c) utilização dos recursos em finalidade diversa da estabelecida no presente instrumento, ainda que em caráter de emergência.

Parágrafo único. No valor a restituir incluem-se os rendimentos de aplicação no mercado financeiro referente ao período compreendido entre a liberação do recurso e sua utilização, quando não for comprovado o seu emprego na consecução do objeto, ainda que não tenha sido feita aplicação.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA– DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

A prestação de contas final será apresentada ao MUNICÍPIO até 30 (trinta) dias após a data final da vigência deste termo, ou da conclusão do objeto, ou, igualmente, até 30 (trinta) dias após a data de sua denúncia ou rescisão.

Anderson Cabido
Prefeito de Congonhas

A apresentação da prestação de contas será acompanhada dos seguintes documentos:

I - Ofício de encaminhamento endereçado aos técnicos analistas de prestações de contas, constando o nº. do termo;

II - se a OSC entregar documentos para sanar pendências de prestação de contas já apresentada, deverá também fazer documento informando o nº. do ofício do técnico analista de prestações de contas correspondente;

III - certidões negativas ou positivas com efeito negativo, em original ou cópia autenticada por servidor, devidamente atualizadas (deverá ser apresentada nova certidão somente se a apresentada anteriormente estiver vencida):

a) Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;

b) Certificado de Regularidade do FGTS;

c) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

d) Certidão Negativa Municipal;

IV - Relatório de Execução do Objeto, assinado pelo seu representante legal, que conterá:

a) as ações desenvolvidas para o cumprimento do objeto;

b) a demonstração do alcance das metas referentes ao período de que trata a prestação de contas, apresentando um comparativo de metas propostas com os resultados alcançados;

c) os documentos de comprovação do cumprimento do objeto e realização das ações, como fichas de inscrição, listas de presença, fotos e vídeos, ou outros, conforme o caso, devendo o eventual cumprimento parcial ser devidamente justificado. O relatório de execução do objeto deverá incluir datas e local das atividades / apresentações, quantidade de público, material de divulgação (em que constem os créditos exigidos);

V - Relatório de Execução financeira;

VI - Execução da Receita e Despesa;

VII - Relação de Pagamentos efetuados;

VIII - Conciliação Bancária;

IX – as cotações de preços para aquisição dos materiais e contratação dos serviços deverão ser observadas com as seguintes orientações:

- A entidade deverá adquirir os produtos e/ou contratar os serviços pelo menor preço por item ou agrupamento de elementos de despesas;
- quando o objeto do termo envolver a aquisição de bens ou a prestação de serviços em geral, deverá ser apresentado orçamento preliminar, com no mínimo três fornecedores diferentes pesquisados ou tabelas de preços de associações profissionais, publicações especializadas, ou catálogo eletrônico de padronização de compras, serviços e obras ou pesquisa na base nacional de

Anderson Cabido
Prefeito de Congonhas

notas fiscais eletrônicas ou utilização de dados de pesquisa publicada em mídia especializada, de forma que demonstre a sua compatibilidade com os valores praticados no mercado.

- Na cotação não se pode colocar marca: "É vedada a realização de licitação cujo objeto inclua bens e serviços sem similaridade ou de marcas, características e especificações exclusivas, salvo nos casos em que for tecnicamente justificável, ou ainda quando o fornecimento de tais materiais e serviços for feito sob o regime de administração contratada, previsto e discriminado no ato convocatório".
- A entidade elaborará o pedido de orçamento contendo a especificação do produto/serviço e a quantidade e o entregará às empresas/profissionais, que o devolverão carimbado e assinado. No orçamento fornecido por pessoa física deverá constar o nº. do documento de identidade e do CPF.
- Cotações feitas por internet serão aceitas somente no caso da impossibilidade de fornecimento pelas outras empresas, comprovada nos orçamentos. Nesse caso, é obrigatório constar o nome da empresa, não sendo aceitos orçamentos de sites de busca.
- Não será aceito orçamento no qual conste que a empresa não possui todos os itens quando adquirido por elemento de despesa. Nesse caso, terá que ser devolvido à conta do termo o valor total utilizado na aquisição dos itens não apresentados.
- Se o orçamento não for apresentado na prestação de contas correspondente, não será aceito posteriormente, porque orçamento significa pesquisa **prévia** de preços. Terá que ser realizada justificativa técnica e apreciação do(a) gestor(a) para aceitação ou devolvido à conta do termo o valor total utilizado na aquisição do(s) item(ns).
- Se no Plano de Trabalho houver a prestação de serviço de profissionais de nível técnico, a contratação deverá ser precedida de 3 cotações.

X - extratos da conta bancária e da aplicação financeira de todo o período de execução do termo, ou seja, desde o recebimento da parcela até a última movimentação;

XI - recibos de depósito na conta específica;

XII - recibo de depósito na conta 6846-2, agência 1793-0 do Banco do Brasil, do saldo remanescente da conta corrente e da aplicação financeira. Ao fazer o depósito, a entidade deverá informar o nº. do CNPJ da OSC;

XIII - relação do nome dos representantes da entidade: diretoria, conselho fiscal, etc.;

XIV - contrato ou outro termo que for celebrado com os profissionais que trabalharão no projeto constando a inexistência de vínculo entre eles e o MUNICÍPIO, bem como de que este não se responsabiliza pelos encargos patrimoniais, sociais, trabalhistas e previdenciários;

Anderson Cabido
Prefeito de Congonhas

XV - Declaração de que não há servidor municipal dos Poderes Executivo ou Legislativo recebendo recursos do termo, conforme vedação constante do inciso II do Art. 45 da Lei 13.019/2014, alterada pela Lei 13.204/2015;

XVI - na hipótese de aquisição de bens com os recursos recebidos, prova do respectivo registro contábil e patrimonial;

XVII - declaração do representante legal acerca da regular quitação dos encargos e direitos trabalhistas, quando a parceria envolver gastos com pessoal;

XVIII - declaração do representante legal acerca da realização das despesas da parceria em conformidade com os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, motivação e interesse público;

XIX - outros documentos que se fizerem necessários à adequada prestação de contas, a critério do servidor ou setor responsável.

§ 1º Todos os documentos de prestação de contas referidos nesta cláusula devem ser apresentados em via original (que será devolvida à entidade) e em cópia legível. Não serão aceitas folhas avulsas.

§ 2º As prestações de contas e as respostas a pendências especificadas em ofícios deverão ser entregues diretamente aos técnicos analistas de prestações de contas.

§ 3º As despesas serão comprovadas mediante documentos fiscais, nos quais deverá constar o nº. do termo, devendo ser emitidos com clareza e sem rasuras, na forma da legislação e em nome da OSC.

§ 4º A análise de prestação de contas não impede que a administração pública promova a instauração de tomada de contas especial antes do término da parceria, ante evidências de irregularidades na execução do objeto. Nesse caso, o dever de prestar contas surge no momento da liberação de recurso envolvido na parceria.

§ 5º Autorizada a integração ao patrimônio da OSC dos bens remanescentes que tenham sido adquiridos, produzidos ou transformados em decorrência da execução deste termo, a entidade deverá enviar, junto à prestação de contas, prova do registro contábil e patrimonial do bem.

§ 6º A inadimplência ou irregularidade na prestação de contas inabilitará a OSC a participar de novas parcerias ou acordos com a Administração Municipal.

§ 7º A prestação de contas será analisada e avaliada pelo MUNICÍPIO sob dois aspectos, em especial:

I - técnico: quanto à execução física, cumprimento do Plano de Trabalho e atingimento das metas de execução do objeto, podendo o MUNICÍPIO valer-se de relatórios ou laudos de diligências, inspeções ou vistorias e também de informações obtidas de pessoas beneficiadas, bem como de autoridades públicas ou outras entidades;

II - financeiro: quanto à correta e regular aplicação dos recursos financeiros, nos termos da legislação que rege a administração pública.

Anderson Cabido
Prefeito de Congonhas

§ 8º Deverão ser apresentados os Anexos: E - Relatório de Execução financeira, F - Execução da Receita e Despesa, I - Conciliação Bancária, o Relatório de Cumprimento do Objeto e o comprovante de recolhimento do saldo de recursos, se houver.

§ 9º A partir da data do recebimento da prestação de contas final, o MUNICÍPIO, com base no disposto nos parágrafos acima, terá o prazo máximo de até 150 (cento e cinquenta) dias para análise.

§ 10º O prazo para apreciar a prestação de contas final poderá ser prorrogado por até 30 (trinta) dias, desde que devidamente justificado.

§ 11º O transcurso do prazo definido anteriormente e de sua eventual prorrogação, sem que as contas tenham sido apreciadas:

a) não impede que a OSC participe de outros chamamentos públicos e celebre novas parcerias;

b) não significa impossibilidade de sua apreciação em data posterior ou vedação a que se adotem medidas saneadoras, punitivas ou destinadas a ressarcir danos que possam ter sido causados aos cofres públicos.

§ 12º Se o transcurso do prazo e de sua eventual prorrogação se der por culpa exclusiva da Administração Pública Municipal, sem que se constate dolo da OSC ou de seus prepostos, não incidirão juros de mora sobre os débitos eventualmente apurados, no período entre o final do prazo e a data em que foi emitida a manifestação conclusiva pela Administração Pública Municipal, sem prejuízo da atualização monetária pela Unidade Fiscal do município de Congonhas.

§ 13º Estando a prestação de contas em desconformidade com as normas deste termo, será emitido ofício à entidade com prazo para saneamento das irregularidades.

§ 14º A aprovação da prestação de contas será comunicada formalmente à entidade no prazo de 30 (trinta) dias após a homologação.

§ 15º Os documentos referidos nesta cláusula serão mantidos em arquivo em boa ordem, no próprio local em que forem contabilizados, à disposição do MUNICÍPIO ou do Tribunal de Contas, pelo prazo de 10 (dez) anos, contados do dia subsequente ao da prestação de contas final. Na hipótese de a OSC utilizar serviços de contabilidade de terceiros, a documentação deverá ficar arquivada nas dependências da OSC.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA– DA TOMADA DE CONTAS

12.1 Após terem tomadas, sem êxito, as medidas administrativas julgadas necessárias, o MUNICÍPIO promoverá a instauração de tomada de contas e tomará todas as providências cabíveis à regularização das prestações de contas, nos casos em que estas não forem aprovadas, ou quando não forem encaminhadas dentro do prazo previsto.

Anderson Cabido
Prefeito de Congonhas

12.2 Transcorrido o prazo do § 6º do artigo anterior sem terem sido tomadas as providências cabíveis à OSC, a Administração Pública Municipal, sob pena de responsabilidade solidária, adotará medidas para apuração dos fatos, identificação dos responsáveis, quantificação do dano e obtenção do ressarcimento, nos termos da legislação vigente.

Parágrafo único. Haverá a instauração de tomada de contas especial:

I – por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da parceria, se os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras, não forem devolvidos à Administração Pública no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias;

II – se houver evidências de irregularidades na execução do objeto, constatadas antes do término da parceria;

III – se a prestação de contas for rejeitada.

12.3 Tão logo seja instaurada a tomada de contas, os respectivos autos do processo serão encaminhados à Controladoria Geral para análise e para que sejam adotadas as providências decorrentes desta.

12.4. São peças que poderão integrar o processo de tomada de contas:

I – Ficha de qualificação do representante legal da OSC, contendo nome, CPF, endereço residencial e profissional ou comercial, e número de telefone e/ou e-mail;

II – Cópia autenticada deste Termo;

III – Demonstrativo financeiro do débito, indicando, em especial, seu valor original e origem e a data inicial da ocorrência do inadimplemento;

IV – Relatório do responsável pela tomada das contas, constando, de forma circunstanciada, as providências adotadas pela autoridade competente, inclusive relativamente aos expedientes de cobrança de débito remetidos ao representante legal da OSC;

V – Relatório emitido pela Controladoria Geral, com manifestação sobre a adequada apuração dos fatos, indicando, inclusive, as normas, regulamentos ou cláusulas deste Termo que foram infringidos;

VI – Cópias autenticadas do relatório da comissão de sindicância ou disciplinar se for o caso;

VII – outras peças que permitam ajuizamento acerca da responsabilidade ou não por prejuízo ao erário;

12.5. Para os efeitos desta cláusula, considera-se débito o valor repassado à OSC e não aplicado ou aplicado em desacordo com o disposto neste Termo, assim como quaisquer valores e parcelas,

inclusive os representativos de bens que deveriam ter sido restituídos, transferidos e/ou recolhidos à conta do MUNICÍPIO, por força das disposições estabelecidas neste instrumento, observando-se ainda que:

I – O débito será atualizado monetariamente a partir da data da liberação dos recursos, inclusive, na forma da legislação vigente aplicável;

II – Sobre o valor do débito incidirão os juros e demais encargos financeiros conveniados ou legais, se for o caso.

12.6. Frustrada ou embaraçada a tomada de contas, em especial se houver evidências de irregularidades de que resultem ou possam resultar em prejuízo ao erário, o CONCEDENTE encaminhará os autos do processo correspondente ao Tribunal de Contas e/ou ao Ministério Público, além de suspender todos os benefícios e favores fiscais porventura concedidos à OSC. Além disso, o CONCEDENTE não poderá realizar nenhuma contratação envolvendo direta ou indiretamente a OSC, podendo promover sua inscrição em sistemas de cadastros de inadimplentes e similares até a adequada regularização da sua situação.

12.7. Regularizada a situação, o CONCEDENTE poderá contratar novamente com a OSC e promoverá:

I – A baixa nos sistemas cadastrais de inadimplentes e similares, se for o caso;

II – A comunicação dessa circunstância ao Tribunal de Contas e/ou ao Ministério Público, visando ao arquivamento do processo correspondente;

III – se for legalmente possível e observado o interesse público, o restabelecimento dos benefícios e favores fiscais que forem suspensos.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA

Este instrumento tem vigência a partir da data da assinatura até 30 de junho de 2026, podendo ser prorrogada, de acordo com o interesse das partes.

Parágrafo único. O MUNICÍPIO prorrogará de ofício a vigência deste termo se houver atraso na liberação dos recursos, limitada tal prorrogação ao exato período do atraso verificado.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS VEDAÇÕES

Fica vedado à OSC:

a) a redistribuição dos recursos recebidos a outras entidades, congêneres ou não;

Anderson Cabido
Prefeito de Congonhas

b) realizar despesas e pagamentos fora da vigência deste termo;

c) utilizar os recursos para pagamento de despesas não compatíveis com o objeto deste termo;

d) executar pagamento antecipado a fornecedores de bens e serviços;

e) transferir recursos da conta corrente específica para outras contas bancárias;

f) retirar recursos da conta específica para outras finalidades com posterior ressarcimento;

g) deixar de aplicar os recursos;

h) pagar, a qualquer título, servidor ou empregado público com recursos vinculados à parceria, salvo nas hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias;

i) pagar despesas cujo fato gerador tenha ocorrido antes da vigência do instrumento da parceria;

j) pagar despesas a título de taxa de administração;

k) pagar multas, juros ou correção monetária, inclusive referentes a pagamentos ou a recolhimentos fora dos prazos, salvo se decorrentes de atrasos da Administração Pública Municipal na liberação de recursos financeiros.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA RESCISÃO E DA DENÚNCIA

O presente termo poderá ser denunciado ou rescindido pelos partícipes a qualquer momento, ficando as partes responsáveis pelas obrigações decorrentes ao tempo de vigência.

Constitui motivo para rescisão do presente termo o descumprimento de qualquer das cláusulas pactuadas, particularmente quando constatada pelo MUNICÍPIO a utilização dos recursos em desacordo com o Plano de Trabalho ou a falsidade ou incorreção de informação em qualquer documento apresentado.

Por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção da parceria, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos à administração pública no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial do responsável, providenciada pela autoridade competente da administração pública.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS SANÇÕES

Pela execução da parceria em desacordo com o plano de trabalho e com as normas da Lei 13.019/2014 e da legislação específica, a administração pública poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à OSC as seguintes sanções:

I - advertência;

Anderson Cabido
Prefeito de Congonhas

II - Suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades da esfera de governo da administração pública sancionadora, por prazo não superior a dois anos;

III - declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a OSC ressarcir a administração pública pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso II.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DAS ALTERAÇÕES

Este termo ou o Plano de Trabalho poderão ser alterados, de comum acordo entre as partes, mediante proposta devidamente formalizada e justificada, a ser feita no prazo mínimo de 45 (quarenta e cinco) dias, que será analisada pela administração pública e, se aprovada, será objeto de termo de aditamento.

Parágrafo único. Admitir-se-á alteração do Plano de Trabalho com prévia apreciação do MUNICÍPIO, ficando vedada a alteração do objeto em qualquer hipótese.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO DIREITO DE PROPRIEDADE

Ao término da vigência deste termo ou quando da conclusão do seu objeto ou quando da sua denúncia ou rescisão, os bens remanescentes, que tenham sido adquiridos, produzidos ou transformados em decorrência de sua execução poderão integrar, a critério do MUNICÍPIO e observada a legislação pertinente, o patrimônio da OSC, mediante termo de cessão. Nesse caso, a OSC adquirirá o direito de propriedade de tais bens. Não havendo a integração, os bens deverão ser transferidos ao MUNICÍPIO no prazo de 90 (noventa) dias, e este dará, a seu critério, a destinação mais adequada, tendo em vista o interesse público.

§ 1º A integração ao patrimônio da OSC somente ocorrerá quando os bens forem necessários para assegurar que a entidade promova a continuidade do projeto / atividade.

§ 2º Autorizada a integração ao patrimônio da OSC, a entidade deverá enviar, junto à prestação de contas, prova do registro contábil e patrimonial do bem.

§ 3º Ainda que não esteja vigente, desde já fica autorizada a fiscalização dos bens cedidos em doação, por equipe nomeada pela Secretaria demandante.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DA PUBLICAÇÃO

Anderson Cabido
Prefeito de Congonhas

O extrato do presente termo será publicado no sítio eletrônico do município, de acordo com o disposto no art. 38 da Lei nº. 13.019/2014.

Parágrafo único. O MUNICÍPIO e a OSC obrigam-se a dar publicidade a este termo, de acordo com o disposto na Lei 13.019/2014 e alteração.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DO FORO

As partes elegem o Foro da Comarca de Congonhas, Estado de Minas Gerais, para esclarecer as dúvidas de interpretações deste instrumento que não possam ser resolvidas administrativamente, nos termos do art. 109 da Constituição Federal.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

E, por estarem cientes e acordadas com as condições e cláusulas estabelecidas, as partes firmam o presente instrumento em 2 (duas) vias de igual teor e forma.

Congonhas , 23 de junho de 2025

Jerfesson Humberto Barbosa

Jerfesson Humberto Barbosa
Presidente do Conselho Central da Sociedade São Vicente de Paulo de Congonhas

Geraldo Gilmar Athaydes Seabra
Secretária Municipal de Saúde

Anderson Costa Cabido
Prefeito Municipal de Congonhas

PLANO DE TRABALHO
TERMO DE PARCERIA

1 - DADOS DO MUNICÍPIO

MUNICÍPIO DE CONGONHAS		CNPJ: 16.752.446/0001-02
ENDEREÇO: Praça Presidente Kubitschek - 135 – Centro		
MUNICÍPIO: Congonhas	UF: MG	CEP: 36.410-064
NOME DO RESPONSAVEL: Anderson Costa Cabido	CI: M-4.370.328	CPF: 813.617.426-15
CARGO: Prefeito		

2 - DADOS DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL - OSC

NOME DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL - OSC Conselho Central da Sociedade São Vicente de Paulo de Congonhas		CNPJ: 19.141.852/0001-27	
ENDEREÇO: Rua Padre João Pio, 50, Centro			
MUNICÍPIO: Congonhas	UF: MG	CEP: 36.410.068	TELEFONE: (31) 9 99613-1577
CONTA CORRENTE ESPECÍFICA:	BANCO:		AGÊNCIA:
NOME DO RESPONSÁVEL: Jerfesson Humberto Barbosa		Nº IDENTIDADE: MG-12.220.349	CPF: 051.302.006-32
ENDEREÇO: Eurico Lobo, 109 B, Santa Mônica- Congonhas-MG			

CARGO: PRESIDENTE	TELEFONE: (31) 98513-8157	E-MAIL DO RESPONSÁVEL PELA OSC: jerfessonhumberto@yahoo.com.br

3 - HISTÓRICO DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL - OSC

A Sociedade de São Vicente de Paulo (SSVP) é uma organização civil de leigos, homens e mulheres, dedicada ao trabalho cristão de Caridade. Foi criada em 23 de abril de 1833, em Paris, na França, por um grupo de 6 jovens universitários católicos e um senhor mais velho, com o objetivo de aliviar o sofrimento das pessoas vulneráveis e fortalecer a fé de seus membros. Rapidamente a Sociedade espalhou-se pelo mundo e já está presente em 150 países. No Brasil, a instituição foi fundada em 1872. No nosso país são aproximadamente 153 mil membros, também conhecidos como confrades (homens) e consócias (mulheres). Aqui a instituição mantém creches, escolas, projetos sociais, lares de idosos, e contato semanal com cerca de 74 mil famílias em necessidade. Existem cerca de 20 mil Conferências no Brasil, que reúnem aproximadamente 153 mil voluntários.

-Uma rede de caridade

O trabalho de Caridade desenvolvidopela Sociedade de São Vicente de Paulo ao longo de mais de um século no Brasil teve como conseqüênciasuma expansão de atividades e a obtenção de uma grande credibilidade por parte da população.

Além de atuar em situações emergenciais provendo alimentos, roupas e remédios para pessoas em apuros, a Sociedade de São Vicente de Paulo procura encontrar formas de promoção das pessoas que ajuda.

Isso significa que a obra dos vicentinos visa tornar as pessoas independentes e produtivas. Com o contato semanal, é possivel atingir esse resultado.

-A SSVP em Congonhas

Estamos em Congonhas desde o dia 03/12/1903, quando se reuniu a primeira conferência em nossa cidade, a Conferência Nossa Senhora da Conceição, vinculada hoje, ao Conselho Particular Nossa Senhora da Conceição. Foi fundada pelo Bispo de Mariana Dom Silvério Gomes Pimenta, tendo como confrades fundadores Pedro Lavia (representante da SSVP), Marçal Augusto de Figueiredo Murta (presidente da conferencia), José Pedro Junqueira (vice-presidente), Antonio Gomes de Araújo (Tesoureiro) e José Marinho (secretário). A cidade era denominada aquela época freguesia de Nossa Senhora da Conceição.

Estamos localizados em toda a cidade através das conferencias, vinculadas aos 6 (seis) Conselhos Particulares, dispostos pela cidade. Temos como coordenador o Conselho Central de Congonhas, que também é responsável pelas cidades, além de Congonhas, São Brás do Suaçuí, Entre Rios de Minas e Jeceaba. Sendo também responsável pelo Asilo Dona Alzira Ribeiro em Entre Rios de Minas.

4 - TÍTULO DO PROJETO

Contra as pobrezas agir juntos VI	PERÍODO DE EXECUÇÃO: INÍCIO: A partir da data de assinatura TÉRMINO: 12 meses

5 - OBJETO

1.1O presente termo tem por objeto repasse de recursos para execução do projeto Contra a pobreza agir juntos VI, sendo que nesta parceria prevê-se a aquisição de material permanente que será utilizado durante todo o projeto, mas também recursos de consumo e pagamento de profissionais, com execução 2025/2026.

Anderson Cabido

6 - LOCAL (ENDEREÇO) DE EXECUÇÃO DO PROJETO/ATIVIDADE E INFRAESTRUTURA DISPONÍVEL

Endereço: Rua padre João Pio, 50 - Centro –Congonhas /MG - CEP 36410-068. O Conselho Central de Congonhas da SSVP, possui diversas unidades espalhadas pela cidade e sua sede principal conta com uma infraestrutura de salas, salão com capacidade para 200 pessoas, cadeiras, computadores, equipamentos eletroeletrônicos e uma rede de voluntários de aproximadamente 400 pessoas

7 - JUSTIFICATIVA PARA A EXECUÇÃO DO PROJETO

De acordo com a Regra da SSVP no Brasil: "Os vicentinos tentam ajudar os pobres a serem independentes, na medida do possível, e a dar-se conta de que, de maneira prática, podem forjar e mudar o seu destino e o dos que estão à sua volta." (REGRA SSVP, p. 18). Nesse sentido, buscamos encontrar soluções para os problemas sociais, acompanhando diretamente o seio familiar, para assim identificarmos a reais necessidades para transformação socioeconômica dos nossos assistidos.

8 - DIAGNÓSTICO DA REALIDADE (descrição da realidade que será objeto da parceria, devendo ser demonstrado o nexo entre essa realidade e as atividades/projetos e as metas a serem atingidas)

O Brasil ainda sofre com diversos problemas sociais, apesar de ser um país de muitas riquezas. A realidade social é marcada por desigualdade, pobreza, violência e exclusão social.

Sendo um dos países mais desiguais do mundo, com alta concentração de renda, 1% da população detém uma parcela significativa da renda do país. Essas condições se fazem presentes nos mais variados âmbitos da sociedade e atingem diferentes grupos, totalizando uma grande parcela da população. E quando uma ou mais esferas apresentam problemas na sociedade, o país como um todo sofre seus impactos, com aumento em índices de mortalidade, desnutrição, doenças, analfabetismo, crimes, exclusão e tantos outros. Os problemas sociais prejudicam não apenas o crescimento e o desenvolvimento do país, mas a saúde e o bem-estar da população.

Hoje, os principais problemas sociais no Brasil, são: Saúde, Educação, Moradia, Desemprego, Saneamento básico, Desigualdade social, Trabalho infantil, Fome, Desmatamento, Desigualdade racial, Drogas e Violência. Os problemas sociais geralmente estão interligados, são causa e consequências uns dos outros. O analfabetismo, por exemplo, leva ao desemprego, que por sua vez pode levar à falta de moradia, à informalização e ao empobrecimento da população.

Em termos de trabalho, o número de desempregados no primeiro trimestre de 2022 foi de 11,9 milhões, ou 11,1% da população ativa. Destes, 13,7% são mulheres e 9,1%, homens.

A taxa de desemprego entre jovens de 18 a 24 anos é superior a 20%, já para jovens entre 14 e 17 anos, o desemprego é de 36%. Outro problema que a força de trabalho jovem enfrenta é a baixa remuneração, que fica em torno dos R$ 1.452 por mês, o equivalente a metade da renda média do trabalhador brasileiro.

A má distribuição de renda entre as classes sociais é um dos graves problemas que o Brasil enfrenta.

Segundo o relatório de desigualdade mundial, o Brasil está entre os países de maior disparidade, sendo que a metade da população com as menores rendas ganha 29 vezes menos que os 10% mais ricos. Em termos patrimoniais, no Brasil, enquanto a metade mais pobre da população detém apenas 0,4% da riqueza do país, os 10% mais ricos possuem 80% do patrimônio. Em 2021, 62,9 milhões de pessoas viviam em situação de pobreza, o que corresponde a 29,6% dos brasileiros.

A má distribuição de renda e a dificuldade de acesso à educação são causas diretas da criminalidade.

Embora seja um país rico em terras cultiváveis, o Brasil enfrenta o grave problema social da fome, que vem se agravando ainda mais com as consequências da pandemia, como o desemprego. A fila de pessoas para comprar ossos de animais foi notícia no país e no mundo, assim como imagens de brasileiros vasculhando restos descartados de uma fábrica de ração e sabão para animais de estimação.

Uma pesquisa mostrou que apenas 44,8% dos domicílios visitados tinham seus moradores em segurança alimentar, ou seja, em 55,2% dos lares as pessoas não tinham acesso a alimentos regularmente. Isso significa 11,8 milhões de brasileiros, sendo que desses, 9% passavam fome constantemente.

A insegurança alimentar grave leva a um alto índice de subnutrição, anemia, carência de nutrientes, diversos distúrbios e morte.

A violência é um problema social que resulta de tantos outros, como evasão escolar, fome, uso de drogas, desigualdades e corrupção.

Em 2021, o SUS registrou um aumento de 12,4% nos atendimentos relacionados a transtornos mentais e comportamentais devido ao uso de drogas ilícitas e álcool.

O Atlas da Violência no Brasil mostra que no período de um ano, entre 2018 e 2019, houve um aumento de 35% de mortes violentas.

Já os dados de 2022 indicam que o número saltou para 81% em relação ao ano anterior. Para superar problemas na sociedade, é preciso investir em assistência básica, em empreendedorismo e formação social, contar com a ajuda da tecnologia, ter uma gestão eficiente e formar profissionais habilitados e preparados para tal. A criação de políticas públicas e a destinação de mais recursos financeiros e pessoais por parte do governo é uma necessidade.

Duas ferramentas poderosas no combate aos problemas sociais são a inovação e o empreendedorismo social. Essa é uma via efetiva e sustentável para transformar positivamente a realidade das pessoas. Ao envolver iniciativa privada, governos e sociedade civil, o empreendedorismo social traz soluções na forma de serviços e produtos, levando à inclusão e ao crescimento.

A iniciativa de empreendedorismo social que envolve pessoas da sua própria comunidade, ajuda no desenvolvimento de habilidades desses indivíduos, preparando-os para uma profissão e trazendo resultados econômicos, sociais e ambientais.

A SSVP trabalha em prol dos vulneráveis, buscando sua promoção, visto que a exclusão social em que se encontram é um problema que interfere em outras questões sociais e reflete na favelização, na falta de acesso a uma moradia digna, na baixa qualidade do ensino, na discriminação no emprego, no aumento dos índices de uso de drogas e índice de violência e no adoecimento biológico e emocional desta parte da população.

Sabemos que os projetos sociais apresentados pelos governos municipais, estaduais e federais não dão conta de atender a todos, ficando algumas famílias à mercê da sorte. Foram muitas dificuldades financeiras, educacionais, psicossociais e estruturais.

Buscamos então amenizar uma série destes problemas, fazendo um acompanhamento e dimensionamento de nossas ações, com o propósito de amenizar dificuldades de manutenção das necessidades diárias com alimento e produtos de primeira necessidade, bem como, possibilitar o "ensinar a pescar", através de orientação e capacitação.

9- PÚBLICO-ALVO (beneficiados direta e indiretamente)

Famílias assistidas pela SSVP em situação de vulnerabilidade social. Voluntários vicentinos no desempenho de seu papel caritativo.

10-FORMA DE EXECUÇÃO / METODOLOGIA DE TRABALHO (forma de execução das atividades ou do projeto). Descrever detalhadamente como as atividades serão desenvolvidas com o público-alvo

• Atividades rotineiras – Atividades voltadas para as conferencias e conselhos, dentro da metodologia de trabalho da SSVP, com visitas semanais às famílias identificando suas reais necessidades e encaminhando para o atendimento, seja na realização de oficinas de capacitação ou de atendimento direto à família com alimentos, fraldas, medicamentos e etc. Encontra-se também na Meta 01, melhoria das instalações e manutenção de materiais de consumo diário da instituição.

Oficina: A organização da oficina fica a cargo da ECAFO (Escola da Capacitação Antonio Frederico Ozanam), a qual definirá, sempre que necessário, o Projeto Pedagógico, contendo as formas de seleção, carga horária, aulas práticas e visitas técnicas.

•Oficina de Cuidador de Idosos - A oficina será organizado de acordo com legislação pertinente ao tema, voltados para qualidade de vida do idoso. Foi definida uma carga horária de 80 horas, atendendo um número de 20 pessoas a serem selecionadas pelas conferências e conselhos vinculadas ao Conselho Central de Congonhas.

•Contratação de Profissionais da area de saúde - Serão contratados profissionais da area de saúde - Fisioterapeuta, fonoaudiologo, nutricionista e psicologo. Estes profissionais realizarão 150 visitas, compreendidas entre avaliações, acompanhamento, orientação e encaminhamentos. As pessoas a serem visitadas serão indicadas pelas conferencias e conselhos vinculadas ao Conselho Central de Congonhas, seguindo os critérios de fragilidade física, emocional e ou nutricional e populaçao idosa debilitada.

•Os prontuários das pessoas visitadas ficarão armazenadsa no Conselho Central e disponibilizados para dia das visitas.

11-ATIVIDADES A SEREM DESENVOLVIDAS E RESULTADOS A SEREM ALCANÇADOS

ATIVIDADE(S) (RESUMO)	OBJETIVO	RESULTADOS ESPERADOS
- Atendimento de empréstimo de materiais para mobilidade de acamados - Ampliação do atendimento às pessoas com mobilidade reduzida.	Atividades rotineiras – Manutenção e ampliação de atividades rotineiras da SSVP no atendimento a famílias em vulnerabilidade social	Ampliação do atendimento às pessoas com mobilidade reduzida - Manutenção das atividades rotineiras - Melhoria das instalações para atendimento interno e externo.
Capacitação de pessoas em vulnerabilidade social	Oficina de cuidador de idosos	Promover uma oportunidade para inserção no mercado de trabalho formal e informal; Suprir uma demanda por profissionais na área de atuação ao atendimento ao idoso
Visita a população idosa debilitada e pessoa em situação de fraglidade física, emocional e nutricional. Sendo essa, feita pela equipe multidisciplinar : Psicologo, fisioterapeuta, Fonoaudiologa e nutricionista.	Contratação de profissional da área de saúde	Melhora da qualidade de vida da população idosa debilitada e das pessoas com fragilidade física, emocional e nutricional.
Reunião de discussão de caso da equipe da saúde	Avaliar os casos para um atendimento de qualidade	Melhora da qualidade de vida com um atendimento sistêmico

Anderson Cabido
Prefeito de Congonhas

12- EQUIPE TÉCNICA (especificar os profissionais envolvidos na execução do projeto/atividade)

NOME	FUNÇÃO NO PROJETO	FORMAÇÃO PROFISSIONAL	VÍNCULO (CLT/MEI/PJ/ CONTRATO)	HORAS Mensais TRABALHADAS
A contratar	Instrutor / facilitador	Experiência na área	Contrato	16h
A contratar	Fisioterapeuta	Superior completo	Contrato	10h
A contratar	Fonoaudiólogo	Superior completo	Contrato	5h
A contratar	Nutricionista	Superior completo	Contrato	5h
A contratar	Psicólogo	Superior completo	Contrato	10h
A contratar	Auxiliar de Serviços Gerais	Experiência na área	Contrato	160h
A contratar	Auxiliar Administrativo	Experiência na área	Contrato	160h

13 – AVALIAÇÃO DE RESULTADOS

OBJETIVOS / METAS (quantitativas e mensuráveis a serem atingidas)	INDICADORES QUALITATIVOS E QUANTITATIVOS DE RESULTADOS	MEIOS DE VERIFICAÇÃO
Empréstimo de materias ortopédicos	4 cadeiras de banho,4 cadeiras de rodas e 2 botas ortopédicas, disponivel para empréstimo	Formulário de empréstimo de materiais ortopédicos
Oficina de Cuidador de Idosos	20 pessoas-questionário de avaliação e satisfação	Questionário/fotos de oficinas, lista de presença
Contratação de profissionais da área de saúde	150 visitas	Lista de assinatura dos beneficiados
Descutir e avaliar os casos para um atendimento de qualidade	10 horas	Lista de assinatura dos dos profissionais da área da saúde

14 - CONOGRAMA DE EXECUÇÃO - PLANO DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS

RESUMO GERAL - PLANO DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS

ITEM	CÓD. RECURSO	NATUREZA DOS RECURSOS	PRAZO INICIAL		PRAZO FINAL		VALOR (R$)
			MÊS	ANO	MÊS	ANO	
1	16	MATERIAIS DE CONSUMO	A partir da assinatura	2025	JUN	2026	20.082,00
2	17	MATERIAIS/BENS PERMANENTES	A partir da assinatura	2025	JUN	2026	14.966,00
3	18	SERVIÇOS DE TERCEIROS	A partir da assinatura	2025	JUN	2026	64.952,00
TOTAL DO PROJETO							**100.000,00**

PLANO DE APLICAÇÃO DOS RECURSOS

Anderson Cabido
de Congonhas

15- MATERIAIS DE CONSUMO

ITEM	DESCRIÇÃO DETALHADA ITEM	UNIDADE DE MEDIDA	QTDE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL VIGÊNCIA DO TERMO
1	Combustivel	Litro	1.250	6,47	8.087,50
2	Regras com capa da SSVP	Un	300	10,00	3.000,00
3	Bandeiras da SSVP	Un	50	100,00	5.000,00
4	Manual de Missões SSVP	Un	50	10,00	500,00
5	A Turma do Vicente SSVP	Un	50	7,00	350,00
6	Brincando e aprendendo com a CCA SSVP	Un	50	7,00	350,00
7	Manual de CCAs	Un	10	5,00	50,00
8	Livros Ano Temático	Un	90	10,00	900,00
9	Manual de Comissão de Jovens	Un	10	5,00	50,00
10	Acento para cadeira de banho	Un	15	35,00	525,00
11	Máscara descartável	Cx	10	7,00	70,00
12	Luvas descartáveis	Cx	5	36,90	184,50
13	Materiais de limpeza (Detergente, água sanitária, desinfetante, papel higiênico, papel toalha, etc)	Un	Sob Demanda	Sob Demanda	458,00
14	Toucas descartáveis	Cx	10	9,90	99,00
15	Materiais para escritório (Livro de ata, livro conta corrente, envelope, caneta, prancheta, grampeador, aspiral para encadernação, capa e contra capa, etc)	Un	Sob Demanda	Sob Demanda	458,00
	TOTAL MATERIAIS DE CONSUMO				**20.082,00**

16 - MATERIAIS/BENS PERMANENTES

ITEM	DESCRIÇÃO DETALHADA ITEM	UNIDADE DE MEDIDA	QTDE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL VIGÊNCIA DO TERMO
1	Cadeira de rodas	Un	4	617,50	2.470,00
2	Placas de patrimônio	Un	4.000	0,73	2.920,00
3	Lavadora de alta pressão	Un	1	1.100,00	1.100,00
4	Cadeira de Banho	Un	4	270,00	1.080,00
5	Bota imobilizadora	Un	2	228,50	457,00
6	Notebook	Un	1	3.500,00	3.500,00
7	Suporte bandeja tripe para Data Show	Un	1	750,00	750,00
8	Suporte bandeja tripe para tela de projeção	Un	1	240,00	240,00
9	Bebedouro	Un	1	2.449,00	2.449,00
	TOTAL MATERIAIS/BENS PERMANENTES				**14.966,00**

Anderson Cabido
Prefeito de Congonhas

17- SERVIÇOS DE TERCEIROS (PESSOA FÍSICA OU JURÍDICA)					
ITEM	DESCRIÇÃO DETALHADA ITEM	UNIDADE DE MEDIDA	QTDE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL VIGÊNCIA DO TERMO
1	Auxiliar de serviços	Mês	6	R$ 1.800,00	R$ 10.800,00
2	Auxiliar Administrativo	Mês	6	R$ 1.800,00	R$ 10.800,00
3	Instrutor/facilitador	Mês	5	R$ 1.000,00	R$ 5.000,00
4	Fisoterapeuta	Mês	5	R$ 1.200,00	R$ 6.000,00
5	Fonoaudiólogo	Mês	5	R$ 600,00	R$ 3.000,00
6	Nutricionista	Mês	5	R$ 600,00	R$ 3.000,00
7	Psicólogo	Mês	5	R$ 1.200,00	R$ 6.000,00
8	Energia elétrica	Mês	12	R$ 100,00	R$ 1.200,00
9	Serviço de contabilidade	Mês	12	R$ 600,00	R$ 7.200,00
10	Internet	Mês	12	R$ 116,00	R$ 1.392,00
11	Linha telefônica	Mês	12	R$ 45,00	R$ 540,00
12	Manutenção, seguro e reparo veicular	Mês	Sob Demanda	Sob Demanda	R$ 10.020,00
	TOTAL SERVIÇOS DE TERCEIROS				**64.952,00**

18 - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA - MUNICÍPIO	19 - VALOR PARCERIA APLICADO PELO MUNICÍPIO (R$)
(Preenchimento pela PMC/Diretoria de Convênios)Órgão: 15 Unidade: 01. Função: 10 Subfunção: 302. Programa: 0057. Atividade: 0.092 –Apoio a Entidades – Saúde– Emenda Impositiva 3.3.50.41 – Contribuições (Ficha 748 – Custeio) 4.4.50.41 – Contribuições (Ficha 1567 – Investimento) –, Fonte: 1500	100.000,00

Jutificativa horas trabalhadas: Toda equipe técnica a ser contratada, com as horas estipuladas, atende a demanda do projeto a ser executado.

20 - CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO – MUNICÍPIO						
VALOR MENSAL (R$)	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN
	-	-	-	-	-	**100.000,00**
	JUL	AGOS	SET	OUT	NOV	DEZ
	-	-	-	-	-	

Anderson Cabido
Prefeito de Congonhas

21 - DECLARAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL - OSC

Declaro, para fim de prova junto ao Município de CONGONHAS, para os efeitos e sob as penas da lei, que inexiste qualquer débito em mora ou situação de inadimplência com o Tesouro Municipal ou qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Municipal que impeça a transferência de recursos financeiros oriundos de dotação consignada no orçamento do município, na forma deste Plano de Trabalho.

Congonhas, 24/06/2025

Jerfessom Humberto Barbosa

Presidente da OSC - Jerfessom Humberto Barbosa

22 - APROVAÇÃO DA CONTROLARIA GERAL DO MUNICÍPIO DE CONGONHAS

O termo encontra guarida legal:

DEFERIDO (X) INDEFERIDO ( )

a) (X) Previsão legal
b) (X) Previsão orçamentária
c) (X) Recursos financeiros
d) (X) Compatibilidade com a LDO
e) (X) Compatibilidade com o PPA

Rosângela Ferreira da Costa Braga
Secretaria Municipal de Integridade e Controle Interno

23 - APROVAÇÃO PELO MUNICÍPIO

DEFERIDO ( ) INDEFERIDO ( )

Anderson Costa Cabido
Prefeito de Congonhas

3827/2025, conforme dispõe o art. 29 da Lei Federal n.º 13.019/2014, alterada pela Lei n.º 13.204/2015." (NR)
t. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
ngonhas, 26 de junho de 2025.

ANDERSON COSTA CABIDO
Prefeito de Congonhas

Código de Validação: 1092726

ESTADO DE MINAS GERAIS
MUNICÍPIO DE CONGONHAS

'ERMO DE FOMENTO N°. 24/2025 PARCERIA QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE CONGONHAS E O CONSELHO CENTRAL DA SOCIEDADE SÃO VICENTE DE PAULO DE CONGONHAS/MG

rticipes: O MUNICÍPIO DE CONGONHAS, inscrito no CNPJ sob o nº. 16.752.446/0001-02, com sede na praça Presidente Kubitschek, 135, Centro, ngonhas/MG, representado por seu Prefeito, Anderson Costa Cabido, inscrito no RG nº. 4.370.328 e no CPF nº. 813.617.426-15, e pelo Secretário Municipal de ıde, Geraldo Gilmar Ataydes Seabra, portador do RG nº. M-2222526 e do CPF nº. 427.001.756-20, e o **CONSELHO CENTRAL DA SOCIEDADE SÃO VICENTE PAULO DE CONGONHAS/MG**, inscrito no CNPJ nº. 19.141.852/0001-27, com sede na Rua Padre João Pio, 50, Centro, Congonhas, Minas Gerais, resentado por seu Presidente, Jerfesson Humberto Barbosa, portador do RG nº. MG-12.220.349 e do CPF nº. 051.302.006-32. Objeto: Repasse de recursos a execução do projeto **Contra a pobreza agir juntos VI**, sendo que nesta parceria prevê-se a aquisição de material permanente que será utilizado durante o o projeto, e também recursos de consumo e pagamento de profissionais, com execução 2025/2026. Valor: R$100.000,00 (cem mil reais). Dotação :amentária: Órgão: 15. Unidade: 01. Função: 10. Subfunção: 302. Programa: 0057. Atividade: 0.092 – Apoio a Entidades – Saúde – Emenda Impositiva .50.41 – Contribuições (Ficha 748 – Custeio) 4.4.50.41 – Contribuições (Ficha 1567 – Investimento) – Fonte: 1500. Vigência: 23 de junho de 2025 até 30 de ıo de 2026. Congonhas, 26 de junho de 2025. Anderson Costa Cabido, Prefeito de Congonhas; Geraldo Gilmar Ataydes Seabra, Secretário Municipal de ıde; Jerfesson Humberto Barbosa, Presidente do Conselho Central Da Sociedade São Vicente De Paulo De Congonhas/MG.

Código de Validação: 1092826

ESTADO DE MINAS GERAIS
MUNICÍPIO DE CONGONHAS

PORTARIA N.º PMC/1025, DE 26 DE JUNHO DE 2025.

:igna servidor que menciona.

REFEITO DE CONGONHAS, Estado de Minas Gerais, no uso das atribuições que lhe confere o art. 31, inciso II, alínea "i", da Lei Orgânica do Município;

NSIDERANDO as razões motivadoras do presente ato administrativo, a seguir alinhadas:
- que dispõe o art. 33 da Lei n.º 4.256, de 27 de dezembro de 2023;
- constante na Comunicação Interna n.º PMC/SEFIN/DTFI/62/2025,

OLVE:

1º Designar o servidor efetivo Carlos José de Siqueira, matrícula 60911, para exercer interinamente o cargo em comissão de Diretor de Tributação e alização, símbolo "C", durante as férias regulamentares da titular Janaina Aparecida Andrade Oliveira, matrícula 45331, no período de 27 de junho a le julho de 2025.

2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
gonhas, 26 de junho de 2025.

ANDERSON COSTA CABIDO
Prefeito de Congonhas

Código de Validação: 1092926

EXPEDIENTE

ÓRGÃO OFICIAL DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CONGONHAS

GESTÃO